

Educação Ambiental no Parque Nacional da Tijuca: Diálogo entre a Política Pública e a Sociedade

Gláucio Glei Maciel¹

Denise Alves²

Resumo

No presente artigo resgatamos o histórico da proposta educativa realizada no Parque Nacional da Tijuca, no período de 1996 a 2013, objetivando demonstrar aspectos político-ideológicos que envolveram as concepções reformista e transformadora em educação ambiental, assim como os conflitos entre os setores sociais excluídos da gestão do Parque e sua Administração. Para isso, utilizou-se a análise de documentos oficiais federais, leitura de livros e informações obtidas em dissertações, artigos e sites. Por fim, concluímos que embora nesse espaço e no conjunto de unidades de conservação geridas pelo ICMBio a educação ambiental crítica tenha sido forçada a recuar da gestão, ainda assim, se mostrou efetiva, contribuindo para a luta por direitos ambientais e sociais no Parque Nacional da Tijuca.

Palavras-chave

Histórico Institucional; Educação Ambiental; Gestão ambiental pública.

Environmental education of the Tijuca National Park: dialogue between the public politic and the society.

Abstract

In this article we review the history of the educational proposal elaborated in the National Park of Tijuca, from 1996 to 2013, aiming to demonstrate the political and ideological aspects that involved the reformist and transformative conceptions in environmental education, as well as the conflicts between the social sectors excluded from the management of the park and its administration. For this, we used the analysis of federal official documents, books and information obtained in dissertations, articles and websites. Finally, we conclude that although in this protected area and in the others one managed by the ICMBio critical environmental education has been forced to withdraw from management, it has still proved to be effective, contributing to the struggle for environmental and social rights in the Tijuca National Park.

Keywords

Institutional History; Environmental Education; Public Environmental Management.

Artigo recebido: outubro de 2017

Artigo aprovado: dezembro de 2017

Introdução

A análise da proposta educativa desenvolvida no Parque Nacional da Tijuca (PNT), no período de 1996 a 2013, quando os autores estiveram envolvidos no programa de educação ambiental da unidade, ressalta a formação de sujeitos críticos. Observam-se nesse período os embates entre as concepções reformista e transformadora em educação ambiental, assim como os conflitos entre os setores sociais excluídos da gestão do parque e sua Administração. O Parque Nacional da Tijuca foi administrado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) até 2007, quando passou a ser administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

O presente artigo se limita ao Programa de Educação Ambiental desenvolvido pelo órgão federal através do Núcleo de Educação Ambiental (NEA/PNT), entre 1996 a 2011, prosseguindo mais dois anos, após a mudança do modelo organizacional da instituição. Nesse período, foi desenvolvido um amplo programa, com concepção transformadora de educação, acompanhando um movimento nacional, que repercutiu em muitas unidades de conservação, onde anteriormente predominava a concepção reformista. Apresentar e analisar o Programa de Educação Ambiental do NEA/PNT é tentar resgatar suas principais ações e fortalecer a educação ambiental crítica como ponto fundamental deste trabalho. Em termos metodológicos, o artigo foi construído com base na análise de documentos oficiais federais (Plano de Manejo, 2008; publicações do IBAMA/PNT 2008 e 2002; MMA,

2009) e em leitura de livros, entre eles destacamos: A Floresta: Educação, cultura e justiça ambiental (BARROS et al., 2013); Olhar perceptivo (ALVES e PERALVA, 2010). Foram utilizadas também trechos e informações obtidas em relatórios de atividades, dissertações, artigos e sites que versam a respeito do objeto trabalhado.

O Programa de Educação Ambiental do NEA/PNT, sua base teórico-metodológica e sua dissolução

O Núcleo de Educação Ambiental do Parque Nacional da Tijuca desenvolveu no período de 1996 a 2013, um programa cujas atividades atendiam a quatro linhas de ação: capacitação, interpretação ambiental, desenvolvimento de projetos, desenvolvimento de instrumentos e metodologias para a prática de educação ambiental, através de um processo integrado. O programa foi pautado na concepção teórico-metodológica de educação no processo de gestão ambiental, com abordagem crítica, interdisciplinar e emancipatória (IBAMA, 2002).

Oliveira (2003, p. 30) destaca que a concepção de educação no processo de gestão ambiental pública:

Associa-se a uma estratégia política que entende ser essencial o papel da participação como condição indispensável ao exercício consciente da cidadania. É participe, também, de um ideal de fazer implementar uma proposta de educação ambiental que torne mais democrática a gestão ambiental e o gerenciamento de Riscos Ambientais e Tecnológicos, lutando por uma distribuição mais igualitária do acesso e do uso dos recursos ambientais, enquanto bens de uso comum. Reconhecendo e considerando as dificuldades quanto à heterogeneidade real do ponto de partida, das contradições do Estado e das Relações tensas/intensas com os grupos sociais, nos contextos sócio político de privilégios para alguns e de imensa desigualdade, característica do processo de exclusão social, talvez o maior dos problemas ambientais.

Em consonância com a definição de educação no processo de gestão ambiental pública acima apresentada, Loureiro e Saisse (2014, p.111) colocam que:

O modelo conceitual de gestão ambiental elaborado serviu de base para o amadurecimento teórico da ação educativa no IBAMA, sendo definida como: Mediação de interesses e conflitos entre atores sociais atuantes sobre a problemática ambiental – conjunto de problemas ambientais que são percebidos a cada momento pela sociedade. Esse processo de mediação continuamente redefine a forma como os atores, através de suas atividades, afetam o meio ambiente e como se distribuem na sociedade, os custos e benefícios decorrentes da ação (PRICE WATERHOUSE-GEOTÉCNICA, 1992, p. 02).

A concepção de educação ambiental no parque acompanhou a proposta da Coordenação Geral de Educação Ambiental (CGEAM) do IBAMA, em Brasília, apenas introduzindo a linha de ação de Interpretação Ambiental, devido à interface da Educação Ambiental (EA) com o ecoturismo. O Núcleo esteve vinculado à CGEAM até 2007, participando da rede nacional de núcleos de educação ambiental do órgão federal, onde eram realizadas ações intensivas de capacitação em educação no processo de gestão ambiental, com a coordenação do professor José Silva Quintas, que também viabilizava apoio técnico e político aos núcleos, além de integrá-los em sua linha editorial.

Nesse contexto, havia uma sinergia entre as unidades de conservação e outras áreas do órgão ambiental, como o licenciamento e monitoramento, o que potencializava recursos e resultados das ações educativas. Como a CGEAM (IBAMA, 2002), entendemos que o processo decisório sobre apropriação e uso dos recursos ambientais é permeado de conflitos. Envolve confrontos de interesses divergentes ou incompatíveis (implícitos ou explícitos) entre agentes sociais, no uso de recursos e na gestão do ambiente.

Assim, assumimos no parque o compromisso de criar condições para a participação individual e coletiva nos processos decisórios, elegendo como sujeitos preferenciais da ação educativa os grupos que dispõem de menos condições de intervir no processo. Ou seja, buscamos mediar os conflitos de uso do espaço/apropriação dos recursos ambientais, considerando as desigualdades sociais.

Com essa ótica, voltada para a gestão participativa da unidade de conservação, foram abordados pelo NEA os conflitos da instituição com grupos favelados do entorno do parque e com os praticantes das religiões da natureza, que buscavam a área para a realização de oferendas, gerando projetos de longa duração. Além de realizar cursos, oficinas, seminários, visitas guiadas e produção de material educativo, voltados para um conjunto mais amplo de atores sociais, como professores, técnicos, representantes de entidades da sociedade civil e funcionários do parque, o NEA criou uma abordagem específica em relação aos conflitos citados, para o desenvolvimento de um processo de diálogo e inclusão desses atores sociais no processo de gestão ambiental. No período, foi realizado também um grande esforço em relação ao fortalecimento do Conselho Consultivo do Parque, pelo IBASE, com acompanhamento do NEA, que também colaborou na revisão do plano de manejo da unidade.

A educação ambiental de vertente crítica adotada pelo NEA pode ser entendida como “uma filosofia da educação que busca orientar as premissas do pensar e do agir humano, na perspectiva de transformação das situações concretas, o que implica mudanças cultural e social” (TORRES, FERRARI E MAESTRELLI, 2014, p. 14). De acordo com Loureiro (2004), a vertente crítica de educação ambiental encontra-se respaldada na Teoria Crítica do Conhecimento, em que a gênese está vinculada nas formulações dos representantes da Escola de Frankfurt, que se utilizaram do pensamento e do método elaborado por Marx, de maneira a possibilitar a construção de uma visão integradora da ciência e da filosofia e de uma prática autônoma e transformadora das relações sociais.

Segundo Torres, Ferrari e Maestrelli (2014), estas ideias da Escola de Frankfurt influenciaram no campo da educação a chamada Pedagogia Crítica defendida e recomendada por autores, tais como: Paulo Freire (1974, 1975, 1995 e 2001); Philippe Layrargues (2009); Carlos Frederico Bernardo Loureiro (2004, 2011, 2012 e 2014) e José Silva Quintas (2005, 2006 e 2009).

Diante desse contexto no qual está inserida a educação ambiental crítica, emergiu no Parque Nacional da Tijuca um dos desafios para o campo, que foi a busca por abordagem teórico-metodológica, que assegurasse as premissas da educação ambiental crítica, considerando tanto a articulação entre as dimensões local e global, como a integração entre sentir-perceber-refletir-agir na prática educativa.

Na tentativa de responder a estes desafios, o NEA integrou a abordagem da percepção à pesquisa-ação. Incorporou na educação ambiental crítica a sensopercepção (ALVES, 1995; ALVES e PERALVA, 2010), como atividade complementar. Assim, em cursos, oficinas, seminários, projetos, visitas guiadas, todo o espaço do parque e seu entorno era compreendido como espaço educativo, onde a abordagem da questão ambiental ocorria através do Estudo de Caso (QUINTAS, 2006) de problemas, conflitos ou potencialidades ambientais, gerando projetos de intervenção social. Nesse trabalho, frequentemente era utilizada com os grupos a sensopercepção, como atividade complementar em educação ambiental, voltada para o desenvolvimento da percepção integrada do ambiente, diálogo e criatividade, através de atividades sensoriais e vivências integradoras.

Dessa forma, o parque aliou sensopercepção à educação no processo de gestão ambiental, buscando integrar as várias dimensões do ser, através de “métodos e atividades que articulam os processos de sentir-perceber com os do refletir-agir, na prática educativa” (QUINTAS, 2010). A sensopercepção foi uma estratégia, cuja intenção era contribuir para integrar os sujeitos sociais e potencializar o aprendizado em educação ambiental crítica, no âmbito da gestão do PNT, para

o exercício do controle social da destinação dos recursos e serviços ambientais diante dos movimentos hegemônicos.

A partir de Paulo Freire (1974), a proposta do NEA buscava facilitar a emergência da “palavra-própria” e transformadora dos sujeitos da ação educativa (favelados, estudantes, professores, religiosos, técnicos, moradores), abordando a questão ambiental em seus múltiplos aspectos, mas utilizando atividades complementares com linguagens múltiplas, com foco no desenvolvimento da percepção interna, do outro e do ambiente físico e construído. Ou seja: ver, falar, agir e refletir, como um processo individual e coletivo. Gradativamente, a palavra-própria emergia e alimentava a discussão no grupo. Um processo de “transformar-se, transformando” a situação vivida, como preconiza a educação emancipatória (QUINTAS, 2009).

Há muita diferença entre o ver usual e o olhar perceptivo, o qual envolve, segundo Merleau-Ponty (1980), uma concepção fundada no “corpo-próprio”, que pode ser entendido como um conjunto de significações vividas que abarca todo o ser. Para Merleau-Ponty, através de sua sensibilidade e na relação com o mundo, o homem cria significados e constrói conhecimentos. A consciência se define como percepção: um processo relacional e sensível. Na perspectiva do autor, o ver perceptivo refere-se à percepção fundada no “corpo-próprio”, quando ocorre o envolvimento efetivo com o campo de visão, aqui e agora. Trata-se de uma experiência que só pode ser vivida diretamente, pois nenhuma ação da memória ou análise conceitual poderia trazê-la. É essa qualidade de olhar que propicia a percepção integrada do ambiente.

A proposta de sensopercepção em educação ambiental (ALVES e PERALVA, 2010) visou o desenvolvimento da percepção sensorial e dos processos cognitivos. Com a integração dos aspectos cognitivos, sensoriais, afetivos e emocionais, buscou-se facilitar a ocorrência de experiências unificadoras, que atuam no sistema de percepção da pessoa (BICUDO, 1983). Com base no método de Reelaboração Corporal, criado por Leide Marques Peralva, a proposta visou facilit-

tar e potencializar o processo educativo, através da percepção e da expressão corporal, da interação no grupo e da exploração do ambiente, envolvendo o movimento corporal e outras linguagens, como música, vídeo e artes plásticas. O método de Reelaboração Corporal foi o eixo norteador para a incorporação de propostas de movimento corporal relacionadas à percepção e à expressão, como a reeducação visual, de Ney Chaves (2002), a conscientização do movimento, de Angel Vianna (1990), e a sensopercepção e expressão corporal, de Patrícia Stokoe (1978). De acordo com a situação do grupo e os objetivos da ação educativa, esta proposta metodológica incorporava atividades lúdicas e criativas, como ritmo e música, danças circulares, desenho e construção de objetos, vídeos, atividades em tri-lha, jogos cooperativos e ecológicos. Tereza Ribeiro (2007) avaliou a proposta, ressaltando a contribuição da sensopercepção à educação ambiental, na experiência de educadores que participaram de um curso continuado de formação no Parque.

Foi essa concepção teórico-metodológica conjugada que embasou o programa educativo do Parque, facilitando o diálogo com os diversos atores sociais. Loureiro (2004, 2006 e 2012) aprofundou a discussão sobre a questão da corporalidade, afetividade e percepção, em seus nexos com as questões emancipatórias em educação ambiental, destacando a necessidade de reflexão sobre as dualidades entre razão e afeto ou entre corpo e mente, na perspectiva de construção integrada da subjetividade e da ecologia política.

Ao analisar as experiências de educação ambiental na gestão participativa das unidades de conservação, Quintas (2010) comentou os desafios enfrentados no Parque Nacional da Tijuca:

No caso do Parque Nacional (Parna) da Tijuca (PNT), a sua singularidade em ser percebido socialmente, como espaço de uso multirreligioso, por praticantes de religiões de matriz africana, cristã, celta, entre outras de sediar o Cristo Redentor, ponto turístico com alto índice de visitação e ter no seu entorno 43 fave-

las onde o Estado está em confronto cotidiano com o crime organizado (narcotráfico), colocou grandes e novos desafios para a prática da educação ambiental nessa realidade [...]. Essa experiência, que chama a atenção para um outro sentido, para além daquele fundamentado na racionalidade biológica, que legitima a instituição desse tipo de UC, contribuiu para a criação de uma Política Pública no Estado do Rio de Janeiro, voltada para Florestas Sagradas (COSTA et al., 2009).

As ações educativas no parque estavam voltadas para o diálogo com as favelas vizinhas, abordagem de conflitos socioambientais, desenvolvimento de projetos, ações voltadas para a formação, desenvolvimento de metodologias e produção de material educativo, em parceria com os diversos atores sociais dentre os quais se destacam: o Centro de Criação da Imagem Popular (CECIP), Instituto Brasileiro de Análises e Estudos Sócio-econômicos (IBASE), Movimento Inter Religioso (MIR) / Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER) e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); além do apoio de diversas instituições (ONGs) e associações de moradores de favelas do entorno que de alguma maneira atuaram no Parque. Com uma equipe mínima, que nunca ultrapassou quatro educadores entre 1996 e 2011, o NEA pode realizar um programa amplo nas suas quatro linhas de ação, através de parcerias internas e externas.

Em 2007, a reforma do IBAMA promovida pela Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, extinguiu a educação ambiental no novo desenho do órgão e o dividiu, criando o ICMbio para englobar as unidades de conservação. A partir daí, houve gradativamente um retrocesso na educação ambiental do país, que repercutiu igualmente no Parque. Em 2011 foi instituído no Parque e em todas as unidades de conservação do país o novo desenho organizacional do órgão. O NEA foi dissolvido e as atividades de educação ambiental ficaram subordinadas à Coordenação de Gestão Socioambiental, que, por sua vez, ficou vinculada à Gestão de Uso Público e Negócios. Nesse ano, a coordenadora do NEA se aposentou, mas o educador Gláucio Glei Maciel continuou no

Parque, já no novo desenho organizacional, conseguindo, entretanto, manter a proposta teórico-metodológica por mais dois anos.

Tornou-se cada vez mais difícil avançar nesse contexto político. Os educadores do NEA, assim como os educadores do IBAMA e ICMBio, em todo o país, que comungavam a proposta de educação no processo de gestão ambiental, entraram em processo de resistência e enfrentamento face ao retrocesso teórico e metodológico que era imposto pela vertente preservacionista de setores técnicos dominantes do Parque Nacional da Tijuca. A partir 2007, pode-se constatar o acirramento da ofensiva contra a educação ambiental crítica, sobretudo com a extinção da CGEAM e com a criação do ICMBio, que passou a gerir as unidades de conservação ambiental a partir de uma visão que integrou ideais da preservação ambiental e do mercado turístico (MACIEL, 2015)³.

Com a fusão das concepções preservacionista e mercadológica, perde espaço de atuação a educação ambiental crítica, mesmo resistindo em muitas unidades de conservação, como no Parque Nacional da Tijuca. Volta a prevalecer uma noção de educação ambiental reformista, que se opõe a lógica educativa emancipatória. Quintas (2009, p. 48) elabora um quadro comparativo em que destaca a existência de contradições ideológicas e políticas no bojo das concepções em educação ambiental.

QUADRO 1 – Diferenças entre educação ambiental reformista e transformadora:

CONCEPÇÃO REFORMISTA	CONCEPÇÃO TRANSFORMADORA
<p>Concebe a sociedade como lugar da harmonia e os conflitos como uma disfunção no seu funcionamento. Os problemas ambientais são causados por uma disfunção que dificulta compatibilizar desenvolvimento e proteção ao meio ambiente.</p>	<p>Concebe a sociedade como lugar dos conflitos e a existência deles como inerente à dinâmica social. Os problemas ambientais são inerentes ao caráter não sustentável da atual ordem social. Portanto, não há possibilidade de compatibilização, mas apenas de mitigação.</p>

A crise é estritamente ambiental. Sua superação dependerá da adoção de padrões de produção e consumo que compatibilizem desenvolvimento com proteção ambiental. E a sustentabilidade seria alcançada quando fosse atingida a compatibilidade plena.	A crise ambiental é a manifestação da crise de uma determinada concepção de civilização. Sua superação dependerá do rompimento com a matriz de racionalidades que a produz. E a sustentabilidade resultará do processo de construção coletiva de uma nova ordem social, que seja justa, democrática e ambientalmente responsável.
A prevenção e a solução dos problemas ambientais dependem de cada um fazer a sua parte.	Cada um fazer sua parte não garante a prevenção e a solução dos problemas ambientais. A prevenção e a solução dos problemas ambientais dependem da construção de consensos na sociedade, ou seja, de ação política.
Transformar-se para transformar.	Transformar-se transformando.
Prática pedagógica prescritiva e reprodutiva.	Prática pedagógica crítica, transformadora e emancipatória.

Fonte: Quintas (2009, p. 48)

A partir do quadro comparativo proposto por Quintas, é possível perceber que a educação ambiental reformista assume um papel, que não é neutro, de promover a mudança de conduta do sujeito, em suas relações do dia-a-dia com o ambiente natural e construído, “objetivando a formação de hábitos ambientalmente e individualmente responsável. Algo como suporte educativo às atividades de economizar energia, aumentar a produtividade dos recursos ambientais, estimular a ecoeficiência e a infraestrutura” (QUINTAS, 2009, p. 45).

Esta é a função da concepção da educação ambiental reformista, o de constituir-se em um instrumento pedagógico direcionado a atender os interesses dos grupos hegemônicos preservacionistas. Fator que ocorre na medida em que se constrói conhecimento, isto é, na criação dos hábitos individuais em que: cada um tem que fazer a sua parte, consumindo o necessário (o que é seletivo, pois existem os que não

podem); economizar energia; evitar a degradação ambiental; valorizar produtos ecologicamente corretos, tomando para si a responsabilidade de estimular as empresas a adotarem práticas sustentáveis em seus processos produtivos, assumir que os empreendimentos turísticos em unidades de conservação são partes de concessões necessárias para a preservação ambiental.

Para Quintas (2009) estas alternativas individuais seriam a saída sugerida pela concepção de educação ambiental reformista para enfrentar a crise ambiental, que, na verdade, é uma crise civilizatória do ponto de vista da existência de uma lógica capitalista que explora o trabalhador e os recursos naturais. A lógica de apropriação privada também ocorre na exploração da natureza, pois ela é a matéria orgânica do sistema de produção capitalista, em que o mesmo detém os meios para promover tal pedagogia individualista, cujo objetivo é manter suas formas indutoras de exploração com o mínimo de questionamento e sem grandes oportunidades para rupturas estruturais.

Ainda de acordo com o Quadro 1, a vertente transformadora (crítica) assume que o fato de cada um fazer a sua parte não assegura a solução dos conflitos e problemas ambientais, porque a educação deve atuar para além do plano das ideias e da transmissão de informação comportamental. Deve atuar no âmbito da existência, em que o processo de conscientização se caracteriza pela ação com conhecimento, pela capacidade de fazermos opções, por se ter compromisso com o outro e com o ambiente natural (LOUREIRO, 2012).

As principais atividades de educação ambiental desenvolvidas pelo NEA/PNT

O Programa de Educação Ambiental do Parque Nacional da Tijuca desenvolveu, entre 1996 a 2013, como citamos acima, quatro linhas de ação integradas: formação, interpretação ambiental, desenvolvimento de projetos, desenvolvimento de instrumentos e metodologias para a prática de educação ambiental, tendo como princípios norteadores

a participação, interdisciplinaridade, descentralização e o reconhecimento da biossociodiversidade (interrelação da diversidade biológica e cultural). Buscava-se com isto, a transformação da natureza e da sociedade mediante as ações humanas, de forma inseparável conforme destaca Vázquez (2011, p. 55) ao discorrer a respeito da “práxis social”.

A partir desta escolha teórico-metodológica que trata os “desafios ideopolíticos da relação sociedade e natureza no tocante à questão ambiental” (SILVA, 2010, p. 154), o NEA optou por trabalhar com favelados, religiosos de matriz africana e outras vertentes das religiões da natureza, professores e estudantes da rede pública de ensino, representantes de entidades ambientalistas, guias de turismo, técnicos das várias instâncias do Poder Público e funcionários do Parque. Os critérios adotados para a escolha dos sujeitos da ação educativa e o recorte espacial se basearam na presença destes atores sociais nas áreas de influência do PNT, tendo como foco aqueles grupos que historicamente são vulnerabilizados, sem perder de vista à atenção para os sujeitos coletivos que atuam na exploração de serviços turísticos nesta unidade.

Como resultado, entre os anos de 1996 a 2005 do desenvolvimento do Programa de Educação ambiental, identificou-se aproximadamente 100 grupos sociais atendidos, dentre os quais estão àqueles destacados anteriormente. Este resultado só foi possível devido ao apoio de técnicos do Centro de Educação Ambiental Municipal do Parque Nacional da Tijuca (CEAMP)⁴. Entre o período de 2006 a 2010 o número de grupos sociais contemplados com alguma atividade em educação ambiental previstas em uma das linhas do Programa do NEA chegou a cerca de 150, devido à ampliação do quadro de funcionários terceirizados. Ao final do ciclo da educação ambiental crítica desenvolvida pelo NEA, em 2013, os grupos sociais atendidos tinham sido reduzidos para 4. No Quadro 2 estão associados os grupos sociais prioritários e as atividades desenvolvidas para o período entre 1996 a 2013.

As principais fontes secundárias desse trabalho podem ser verificadas nas referências bibliográficas: Alves et al. (1997 e 2008); Alves

e Peralva (2010), Barros et al. (2013), Costa (2008 e 2009), Costa et al. (2009), Anfitriões do Cosme Velho (2017), CEAMP (2017), IBAMA / PNT e CECIP (1998 e 2002), ICMBio (2008 e 2009), MMA (2009), Maciel (2015), Maciel e Gonçalves (2017), Quintas (2010), Ribeiro (2007).

QUADRO 2 - Atividades desenvolvidas e grupos sociais prioritários para o NEA

GRUPOS SOCIAIS PRIORITARIOS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
Professores e alunos das redes públicas de ensino nos níveis fundamental, médio e superior.	Formações em educação ambiental e sensopercepção, produção de material educativo e visitas guiadas.
Representantes das religiões da natureza	Formações em educação, cultura e justiça ambiental, desenvolvimento de projetos e desenvolvimento de instrumentos e metodologias.
Moradores das favelas do entorno.	Formações em educação ambiental, condução de visitantes e monitoramento ambiental; visitas guiadas e desenvolvimento de projetos. Produção de material educativo e sensopercepção.
Representantes de entidades ambientalistas	Desenvolvimento de projetos, desenvolvimento de instrumentos e metodologias para a prática de educação ambiental.
Guias de turismo	Formações em educação ambiental, cadastramento, sensopercepção, monitoramento das ações realizadas no Parque e elaboração de materiais didáticos.
Funcionários do Parque	Formações em educação ambiental, sensopercepção e produção de material educativo.

Fonte: planos de trabalho anuais elaborados pelo NEA/PNT, no período de 1998 a 2013, bem como as fontes secundárias citadas acima.

Com base no livro *A Floresta: Educação, cultura e justiça ambiental* (BARROS et al., 2013), no Plano de Manejo (ICMBio, 2008), publicações do Parque e nos diferentes relatórios produzidos ao longo dos anos pelo NEA/PNT, destacam-se dentre as inúmeras atividades realizadas:

i) **O Curso**, realizado em 1999, **aos Condutores de Visitantes no Maciço da Tijuca** resultou na formação de uma Organização Não Governamental (ONG) chamada “Sou Mais Minha Trilha”, cujo objetivo era possibilitar atividades de lazer e educação ambiental gratuitamente para moradores de favelas do entorno do PNT.

ii) **O Curso “Construindo Caminhos em Educação Ambiental”** desenvolvido para professores, estudantes, técnicos, e membros das diferentes comunidades do entorno do Parque, resultou na formação de atores sociais que passaram a atuar em suas instituições e comunidades, o que possibilitou a gestão ambiental enquanto mediação de conflitos.

iii) **A formação em Sensopercepção em Ações de Educação Ambiental** para professores, técnicos, guias de turismo e membros das comunidades do entorno do Parque, que teve como resultado a apropriação de instrumentos voltados para a ampliação da percepção, o diálogo com os diferentes atores sociais do entorno do PNT, a interação no grupo e o desenvolvimento de cooperação.

iv) Com relação ao processo de **formação dos guias de turismo em educação ambiental**, o propósito era desenvolver conteúdos para que as atividades de visita também pudessem promover reflexão sobre a relação entre as áreas protegidas e os problemas, conflitos e formas de resistência social a elas associados. A **formação interna, com moradores e funcionários do Parque**, tinha os mesmos objetivos daqueles colocados para os guias de turismo, pois no dia-a-dia de um Parque Nacional, os funcionários trabalham de muitas formas com os visitantes, interagindo com moradores e estes também com os visitantes e moradores das áreas vizinhas.

v) Nas atividades de **interpretação ambiental** foram atendidas as demandas espontâneas de colégios estaduais, universidades e comunidades do entorno, através de roteiros sensoriais, históricos e ecológicos, em visitas guiadas em trilhas e áreas de lazer da Floresta da Tijuca, próximas ao Centro de Visitantes, onde se situava o NEA. Um dos principais resultados foi a potencialização de estudos sobre o cenário citadino e suas relações de proteção com o Parque. Além da construção de vínculos entre as instituições e pessoas que circundam a unidade de conservação em questão. Estes resultados demonstram que a interpretação ambiental pela perspectiva crítica, “representa uma oportunidade para reflexão, no ato de visitar, sobre as relações em âmbito estrutural e estruturante” (BOTELHO et al., 2015, p. 193).

No tocante ao desenvolvimento de projetos vale ressaltar:

vi) **O Projeto Meio Ambiente e Espaços Sagrados**, que teve início em 1997, com o objetivo de pesquisar as práticas religiosas realizadas em áreas protegidas; promover discussões e construir ações educativas com representantes das religiões da natureza; desenvolver alternativas sobre a questão das oferendas e práticas religiosas em áreas florestadas; promover o diálogo entre os diversos atores sociais envolvidos na questão; compatibilizar a proteção do patrimônio natural e cultural e produzir material educativo⁵. A experiência do Parque Nacional da Tijuca tornou-se um referencial⁶ para a replicação nas Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro alternativas para que as manifestações religiosas sejam respeitadas e realizadas de forma consciente. Se esse projeto se voltava, sobretudo, para as religiões de matriz africana, o NEA procurou, a par-

tir de 2010, de inserir também na discussão do uso religioso do parque os evangélicos.

vii) Em 2007, teve início o **Projeto Anfitriões do Cosme Velho**, com jovens favelados das comunidades do Cosme Velho (favelas do Cerro Corá, Guararapes, Vila Cândido e Prazeres), vizinhas ao monumento do Cristo Redentor, um dos maiores pontos de turismo no Rio de Janeiro. O processo educativo contribuiu para a autonomia e a fortalecimento do grupo e a melhora na relação com a gestão do Parque. Eles mantiveram suas atividades de condução de turistas ao Corcovado e mesmo para outras áreas da cidade e organizaram uma Comissão de Favelados, que exigiu o financiamento de um programa de educação ambiental pelo concessionário do Setor Paineiras-Corcovado do Parque.

Neste projeto observa-se que a “consciência da modificação das circunstâncias com a atividade humana ou alteração de si próprio é compreendida como práxis revolucionária” (MARX, 1998, p. 12). De acordo com Loureiro (2012, p. 100) é desta forma que “a educação ambiental crítica se tona um modelo de educação enquanto práxis social que contribui para o processo de construção de uma sociedade pautada em patamares societários distintos dos atuais, na qual a sustentabilidade da vida, a atuação política consciente e a construção de uma ética que se firme como ecológica seja o cerne”.

Por fim, o NEA também desenvolveu instrumentos e metodologias para práticas de educação ambiental ao longo dos anos. Essa linha de ação abrangeu a produção de apostilas, artigos científicos, três cartilhas e dois livros, através de ações integradas de formação e desenvolvimento de projetos, instrumentos e metodologias para a prática de educação ambiental. Assim, esses materiais tiveram como subsídio as propostas e demandas de professores, moradores, técnicos, representantes das favelas, comunidades do entorno e outros grupos. Além

disso, havia o retorno ao grupo, com a discussão dos conteúdos sistematizados, buscando-se avançar na discussão das propostas. E em outros fóruns de discussão, a questão e o material eram discutidos e disponibilizados, de maneira que todo o processo educativo entrava em processo de intercâmbio e divulgação junto a vários setores.

Conclusão

Após mais de vinte anos da criação do NEA no Parque Nacional da Tijuca e dez anos da reforma do IBAMA com a criação do ICM-Bio, podemos contrastar os dois períodos, avaliando os desafios, limites e possibilidades para o desenvolvimento de propostas emancipatórias no contexto atual. Conforme descrevemos anteriormente, uma série de iniciativas foram implementadas na primeira fase do Núcleo de Educação Ambiental, entre 1996 a 2007. No entanto, a partir de 2007, as ações que vinham sendo realizadas foram prejudicadas com o desmonte da CGEAM, que deixou o NEA do Parque Nacional da Tijuca isolado em relação à rede nacional de Educação Ambiental do órgão federal.

Observa-se que uma visão mercadológica ganhou maior centralidade na gestão pública das unidades de conservação no país, como vem ocorrendo, por exemplo, na concessão do setor Paineiras/Corcovado do Parque Nacional da Tijuca. Percebe-se que junto com a visão mercadológica, a visão preservacionista e excludente também vem sendo intensificada. Neste espaço, de acordo com as construções possíveis de avanços e recuos da educação ambiental na gestão, foi sendo criado um panorama de desmonte da educação ambiental crítica no Parque Nacional da Tijuca e no conjunto de unidades de conservação geridas pelo ICMBio.

Na primeira fase do Núcleo de Educação Ambiental, entre 1996 a 2006, foram realizados cursos e oficinas de Educação no Processo de Gestão Ambiental e Sensopercepção (com professores, funcionários, moradores das comunidades do entorno, técnicos de órgãos públicos e entidades da sociedade civil); Projeto Meio ambiente e Espaços Sagra-

dos; Seminário Educação, Cultura e Justiça Ambiental (com religiosos, professores, instituições de pesquisa, moradores das comunidades do entorno, técnicos, entidades da sociedade civil), atendimento a escolas em trilhas do parque, contribuição à revisão do plano de manejo, contribuição ao fortalecimento do conselho consultivo do parque, além da produção de material educativo, com três cartilhas e outros materiais.

No período seguinte, a partir de 2007, essas ações tiveram continuidade com dificuldade crescente, face ao desmonte da CGEAM com a reforma do IBAMA, que deixou o NEA isolado em relação à rede nacional de EA do órgão federal, a qual ainda vem sendo resgatada pelos profissionais que permaneceram nas ações educativas, entre outros impactos políticos.

Então vemos a visão de mercado tomar conta da gestão pública, como ocorre na apropriação e exploração dos recursos do Cristo Redentor, mas os favelados acompanham e intervêm em alguma medida, inserindo aí também os seus interesses e reivindicações, como é a proposta do programa atual no Cosme Velho. É importante considerar o dinamismo em que se dá o retrocesso, a resistência e o enfrentamento, com a visão de mercado se consolidando, alguns setores sociais se organizando para participar mais ativamente e questionar esse modelo. Tudo isso presente também no mundo acadêmico, onde alguns setores se aliam ao processo de questionamento dos modelos dominantes, enquanto outros endossam e fortalecem a educação reformista.

Esse embate é antigo e com o avanço do capitalismo fortalece cada vez mais o processo de exclusão social. No PNT observa-se que a visão preservacionista e excludente foi intensificada após 2013. Neste espaço, de acordo com as construções possíveis de avanços e recuos da educação ambiental na gestão, foi sendo criado um panorama de desmonte da educação ambiental crítica.

Por isso resgatar esse processo é indispensável, seja para avaliar os resultados e desdobramentos da história de enfrentamento

e resistência dos setores comprometidos com propostas fundadas na teoria crítica, seja para reconhecer que as ações em educação ambiental crítica – em tempos de retrocesso de direitos sociais e mudanças nas leis ambientais e de mercantilização da natureza – são fundamentais para politizar o debate ambiental nos órgãos responsáveis pela gestão de unidades de conservação, acerca da função destes espaços para favelados, comunidades tradicionais, escolas, universidades e turistas, em um contexto de mercantilização crescente do debate ambiental.

Referências

ALVES, D. *Sensopercepção em ações de educação ambiental*. Brasília: MEC; Inep, 1995.

_____ et al.. *Meio Ambiente e Espaços Sagrados*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1997, Curitiba. Anais, Unilivre, vol.2.

_____ et al. (Orgs.). I SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E JUSTIÇA AMBIENTAL – *Meio Ambiente e espaços sagrados no contexto das unidades de conservação*, 1 ed., Rio de Janeiro. Livro. Rio de Janeiro: IBAMA: PNT/ICMBIO: Secretaria do Ambiente/RJ: FASE: Centro de Educação, Cultura e Meio Ambiente Sou Mais Minha Trilha: Omo Aro Cia Cultural, 2008 (em CD).

_____; PERALVA, L. M. *Olhar Perceptivo: Percepção, Corpo e Meio Ambiente*. Teoria e prática de Sensopercepção em Educação Ambiental. Brasília: IBAMA, 2010. 2 vol.

ANFITRIÕES DO COSME VELHO. *Condutores de visitantes*. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/Anfitri%C3%B5es-Do-COSME-VELHO-1725408567695359/>. Acesso em: 02 out. 2017.

BARROS, J. F. P. de et al. (Orgs.). *A floresta: educação, cultura e justiça ambiental*. Rio de Janeiro: FAPERJ; Garamond, 2013.

BICUDO, M. A. V. *A filosofia da educação centrada no aluno*. São Paulo: Moraes, 1983 (Estudos sobre Existencialismo, Fenomenologia e Educação).

BOTELHO, E.S. et al. Reflexões sobre educação ambiental e turismo em parques nacionais brasileiros. In: INVING, M. de A. et al. (Orgs.). Turismo, áreas

protegidas e inclusão social. *Diálogos entre saberes e fazeres*. 1 ed. Rio de Janeiro: Folio Digital; Letra e Imagem, 2015.

CEAMP. *Co-gestão entre os governos Federal, Estadual e Municipal*. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/sme/exibeconteudo?id=125583>. Acesso em: 03 out. 2017.

CHAVES, N. *A saúde dos seus olhos: luz, escuridão e movimento*. Reeducação visual. Método Self-healing de Meir Schneider. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

COSTA, L. M. *Estudo de caso sobre uso público religioso no Parque Nacional da Tijuca*. In: Relatório do Encontro de Educadores Ambientais do ICMBio e IBAMA, realizado em dezembro de 2008. Brasília: DEA / MMA, 2009.

_____. *A Floresta Sagrada da Tijuca*. Estudo de caso envolvendo uso público religioso de parque nacional. Dissertação de Mestrado. Programa EICOS - Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008 (mimeo).

_____. et al.. *Florestas Sagradas: Programa de Proteção dos Parques Urbanos do Rio de Janeiro*. Painel apresentado no VI Fórum Brasileiro de Educação Ambiental/ UFRJ. Rio de Janeiro, 2009.

FREIRE, P. *Conscientização: teoria e prática da libertação: introdução ao pensamento de Paulo Freire*. 3 ed. São Paulo: centauro, 2001.

_____. *Ação cultural para a liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. *Educação na cidade*. 17 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

IBAMA. Coordenação Geral de Educação Ambiental. *Como o IBAMA exerce a educação ambiental*. Brasília: IBAMA, 2002.

_____. Parque Nacional da Tijuca. *O Parque é seu: como conhecer, usar e cuidar do Parque Nacional da Tijuca*. Rio de Janeiro: IBAMA, CECIP, 1998.

_____. Parque Nacional da Tijuca. *Saiba como e porquê conviver com a floresta numa boa*. Rio de Janeiro: IBAMA, CECIP, 2002.

_____. Parque Nacional da Tijuca. *Educação Ambiental no Parque Nacional da Tijuca-Publicação para professores*. Rio de Janeiro: IBAMA, CECIP, 1998.

ICMBIO. *Plano de Manejo do Parque Nacional da Tijuca*. Brasília: ICMBio, 2008.

_____. *Para saber mais sobre o reconhecimento do ICMBio ao trabalho de educação ambiental realizado pelo Núcleo de Educação Ambiental junto aos jovens das comunidades do Cerro Corá, Guararapes, Vila Cândido e Prazeres*. 2009. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/826-icmbio-reconhece-projeto-anfitrioes-do-cosme-velho>. Acesso em: 01 out. 2017.

LAYRARGUES, P. P. Educação ambiental com compromisso social: o desafio da superação das desigualdades. In: LOUREIRO, C. F.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Orgs.). *Repensar a educação ambiental: um olhar perceptivo*. São Paulo: Cortez, 2009.

LOUREIRO, C. F. B. Corpo, ambiente e educação em uma sociedade em transformação. In: RODRIGUES, S. C. da C.; SANTANA, V. N.; BERNABÉ, V. L. (Orgs.). *Educação, ambiente e sociedade: ideias e práticas em debate*. Serra, ES: Programa de Comunicação Ambiental; Instituições de Ensino Superior-Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), 2004.

_____. Corpo, educação e sociedade. In: LOUREIRO, C. F. B. (Org.). *Trajatória e fundamentos da educação ambiental*. São Paulo; Cortez, 2004.

_____. *Trajatória e fundamentos da educação ambiental*. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. *Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política*. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. Saisse, M. V. . Educação ambiental na gestão ambiental pública brasileira: uma análise da SEMA ao ICMBio. *Revista de Educação Pública* (UFMT), v. 23, p. 105-129, 2014.

MACIEL, G. G. *A mercantilização da cidade do Rio de Janeiro e suas implicações na gestão de unidades de conservação: um estudo sobre a concessão do Setor Paineras/Corcovado (Parque Nacional da Tijuca - RJ)*. 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

_____; GONÇALVES, R. S. Educação ambiental e mediação de conflitos neopentecostais no Parque Nacional da Tijuca. *Argumentum*, Vitória, v. 9, n. 1, p. 134-149, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/13666/10936>. Acesso em: 03 out. 2017.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileira, 1998.

MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Abril, 1980. (Coleção Os pensadores).

MMA. Ministério do Meio Ambiente. *Relatório do Encontro de Educadores Ambientais do ICMBio e IBAMA*, realizado em dezembro de 2008. Brasília: DEA / MMA, 2009.

OLIVEIRA, E. M. *Cidadania e educação ambiental: uma proposta de educação no processo de gestão ambiental*. Brasília: IBAMA, 2003. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/Publica%C3%A7%C3%B5es_da_COEDU/Referencial_Te%C3%B3rico/RT15_OLIVEIRA_Cidadania_e_Educacao_Ambiental.pdf. Acesso em: 03 out. 2017

PRICE WATERHOUSE-GEOTÉCNICA. *Fortalecimento Institucional do IBAMA*. Cenários de educação ambiental. Relatório Final. Brasília, DF, 1992. (Inédito).

QUINTAS, J. S. Educação no processo de gestão ambiental pública: a construção do ato pedagógico. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Orgs.). *Repensar a educação ambiental: um olhar crítico*, São Paulo: Cortez Editora, 2009.

_____. *Estudo Dirigido sobre a elaboração, em grupo, de um Projeto de Gestão Ambiental Participativa com foco no uso sustentável de recurso(s) / bem(ns) ambiental(is)*. In: XXIV Curso de Introdução à Educação no Processo de Gestão Ambiental. Brasília: COORDENAÇÃO GERAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL / IBAMA, 2006.

_____. *Educação ambiental na gestão participativa das unidades de conservação*, Brasília: 2010 (mimeo).

_____. Sentir, perceber, refletir e agir na práxis educativa (Prefácio). In: ALVES, D.; PERALVA, L. M. *Olhar Perceptivo: Percepção, Corpo e Meio Ambiente*. Teoria e prática de Sensopercepção em Educação Ambiental. Brasília: IBAMA, 2010, 2 vol.

RIBEIRO, T. C. *A contribuição da sensopercepção para a Educação Ambiental*. 2007. Monografia (Especialização em Educação Ambiental). Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

SILVA, M. das G. *Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2010.

SNUC. *Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000*. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, 2000.

STOKOE, P. *La expresión corporal: guía didáctica para el docente*. Buenos Aires: Ricordi Americana, 1978.

TORRES, J. R.; FERRARI, N.; MAESTRELLI, S. R. P. Educação ambiental-transformadora no contexto escolar: teoria e prática freireana. In: LOUREIRO, C. F.B.; TORRES, J. R. (Orgs.). *Educação ambiental: dialogando com Paulo freire*. São Paulo: Cortez, 2014.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO (UERJ). *Relatório do Instituto de Geografia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2014.

VÁZQUEZ, A. S. *Filosofia da práxis*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VIANNA, K.; CARVALHO, M. A. *A dança*. São Paulo: Siciliano, 1990.

Notas

- 1 Doutorando em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Brasil. N° ORCID 0000-0002-4343-0882. E-mail: minhatri-lha2000@yahoo.com.br
- 2 Mestre em Comunicação Social pela Universidade de Brasília (UnB), Servidora aposentada do Ibama/ICMBio e consultora em educação ambiental. N° ORCID 0000-0001-7674-8363. E-mail: denisept@hotmail.com
- 3 Para saber mais a respeito do processo de mercantilização turística do Parque Nacional da Tijuca acesse: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/25903/25903.PDF>>.
- 4 O Centro de Educação Ambiental Municipal do Parque Nacional da Tijuca é o resultado da co-gestão entre os governos Federal, Estadual e Municipal. O CEAMP promove a Educação Ambiental voltada para as áreas de conservação do Parque Nacional da Tijuca, junto às escolas municipais, realizando visitas orientadas para alunos e minicursos para professores. Para outras informações acesse: <http://www.rio.rj.gov.br/web/sme/exibeconteudo?id=125583>
- 5 Em 2006, a discussão sobre os conflitos relacionados a essas práticas e a discriminação aos religiosos de matriz afro-brasileira avançou para o âmbito da justiça ambiental. Como desdobramento, foi realizado em 2008 o Encontro sobre Educação, Cultura e Justiça Ambiental, no IBAMA, onde foi lançado um livro em CD, com os resultados do seminário de 2006. Posteriormente, o livro foi publicado com o apoio da FAPERJ, por iniciativa do professor da UERJ, José Flávio Pessoa

de Barros, junto com a professora Aureanice de Mello Corrêa e Lara Moutinho da Costa, que revisou a obra.

- 6 Além disso, em 2007, a Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro formulou, em parceria com a Campanha Elos do Axé e o PNT, o Projeto Florestas Sagradas, voltado para o uso público religioso nas Unidades de Conservação do Estado. Entre 2008 e 2011, dando sequência às resoluções do seminário de 2006, foram realizados mutirões de limpeza e recuperação de árvores, bem como articulações voltadas para uma experiência-piloto de manejo e educação ambiental, no entorno do Parque, na área denominada Curva do S, no Alto da Boa Vista, que ainda não foi concretizada.

